

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

198 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 4 a 8/3/2024

1. COMISSÃO EUROPEIA - DEFESA	1
2. MÉDIO-ORIENTE - CONSELHO EUROPEU DE MARÇO	3
3. ALEMANHA - RÚSSIA: ESPIONAGEM	3
4. CONFISCO DOS ATIVOS ESTATAIS RUSSOS PARA A RECONSTRUÇÃO DA UCRÂNIA	4
5. ELEIÇÕES EUROPEIAS - MANIFESTOS DO PPE E DO PES	6
6. MULTA DA COMISSÃO EUROPEIA À APPLE	7
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Conselho dos Ministros de Justiça e Assuntos Internos	8
Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia	9
Conselho de Competitividade	9
8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - PESC/PCSD	9
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da União Europeia	10

1. COMISSÃO EUROPEIA - DEFESA

Esta semana, a Comissão Europeia e o Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança apresentaram a [primeira estratégia industrial europeia de defesa](#) a nível da União Europeia (UE).

Esta Estratégia (detalhe [aqui](#) e [aqui](#)) define uma visão clara e a longo prazo para alcançar a preparação industrial no domínio da defesa na União Europeia e, neste âmbito, inclui uma [proposta legislativa para um Programa Europeu para a Indústria da Defesa](#) (EDIP) e um quadro de medidas para assegurar a disponibilidade e o fornecimento atempados de produtos de defesa. Está disponível uma [ficha informativa sobre o EDIP](#) e a respetiva [proposta de regulamento](#), bem como uma secção de [perguntas e respostas](#).

A estratégia descreve os atuais desafios da base industrial e tecnológica de defesa europeia (BITDE), mas também a oportunidade de explorar todo o seu potencial e **define uma orientação para a próxima década**. Para apoiar os Estados-Membros a investir mais, melhor, em conjunto e a nível europeu, a Estratégia Industrial Europeia de Defesa apresenta um conjunto de ações destinadas a atingir os objetivos de:

- **Apoiar uma ação eficaz da procura de defesa coletiva dos Estados-Membros**, com base nos instrumentos e iniciativas existentes, como o Plano de Desenvolvimento de Capacidades (PDC), a Análise Anual Coordenada da Defesa (CARD) e a Cooperação Estruturada Permanente (PESCO), procurando incentivar a cooperação dos Estados-Membros na fase de contratação pública de capacidades de defesa;
- **Garantir a disponibilidade de todos os produtos de defesa através de uma BITDE** mais reativa, independente do contexto e do horizonte temporal, através do apoio aos investimentos dos Estados-Membros e da indústria europeia da defesa no desenvolvimento e na comercialização das tecnologias e capacidades de defesa mais avançadas do futuro. São igualmente propostas medidas para aumentar a segurança do aprovisionamento da UE;
- **Assegurar que os orçamentos nacionais e da UE apoiem**, com os meios necessários, a adaptação da indústria europeia de defesa ao novo contexto de segurança;
- **Integrar uma cultura de preparação para a defesa em todas as políticas**, nomeadamente apelando a uma revisão da política de concessão de empréstimos do Banco Europeu de Investimento este ano;
- **Desenvolver laços mais estreitos com a Ucrânia** através da sua participação em iniciativas da União de apoio à indústria da defesa e estimular a cooperação entre as indústrias de defesa da UE e da Ucrânia;
- **Colaborar com a OTAN e os nossos parceiros estratégicos**, que partilham as mesmas ideias e internacionais, e cooperar mais estreitamente com a Ucrânia.

A estratégia estabelece indicadores destinados a medir os progressos dos Estados-Membros no sentido da preparação industrial. Os Estados-Membros são convidados a :

- Adquirir, **pelo menos, 40 % do equipamento de defesa de forma colaborativa** até 2030;
- Assegurar que, **até 2030**, o valor do comércio de defesa intra-UE represente, pelo menos, **35 % do valor do mercado da defesa da UE**;
- Realizar progressos constantes na aquisição de, pelo menos, **50 % do seu orçamento de contratos públicos no setor da defesa na UE até 2030 e 60 % até 2035**.

O **Programa Europeu para a Indústria da Defesa (EDIP)** é a iniciativa legislativa visa passar das medidas de emergência a curto prazo, adotadas em 2023 e que terminam em 2025, para uma **abordagem mais estrutural e a mais longo prazo para alcançar a prontidão industrial no domínio da defesa**.

O EDIP inclui aspetos financeiros e regulamentares. O EDIP mobilizará **1,5 mil milhões de EUR** do orçamento da UE durante o período **2025-2027**, a fim de continuar a reforçar a competitividade da BITDE. O apoio financeiro do EDIP alargará, nomeadamente, a lógica de intervenção do [EDIRPA](#) (apoio financeiro do orçamento da UE para compensar a complexidade da cooperação entre os Estados-Membros na fase de contratação pública) e do ASAP (apoio financeiro às indústrias da defesa que aumenta a sua capacidade de produção), a fim de incentivar ainda mais os investimentos da [BITDE](#). O EDIP apoiará igualmente a

industrialização de produtos resultantes de ações cooperativas de I & D, apoiadas pelo Fundo Europeu de Defesa. O **orçamento do EDIP pode também ser utilizado para criar um fundo para acelerar a transformação das cadeias de abastecimento no setor da defesa (FAST)**. Esse novo fundo terá por objetivo facilitar o acesso das PME e das pequenas empresas de média capitalização a financiamento através de empréstimos e/ou de capitais próprios que industrializam tecnologias de defesa e/ou fabricam produtos de defesa.

O orçamento do EDIP reforçará igualmente a cooperação industrial da UE no domínio da defesa com a Ucrânia e apoiará o desenvolvimento da sua base industrial e tecnológica de defesa. Para o efeito, o **EDIP poderia eventualmente obter financiamento adicional a partir dos lucros excepcionais provenientes de ativos soberanos russos imobilizados** (sob reserva de decisão do Conselho sob proposta do alto representante).

No que diz respeito aos aspetos regulamentares, o EDIP contém soluções inovadoras, nomeadamente um novo quadro jurídico (Estrutura para o Programa Europeu de Armamento - PAES), a fim de facilitar e intensificar a cooperação dos Estados-Membros em matéria de equipamento de defesa, em complementaridade com o quadro da PESCO. Implica ainda um regime à escala da UE para a segurança do aprovisionamento de equipamento de defesa, que assegurará um acesso constante a todos os produtos de defesa necessários na Europa e proporcionará um quadro para reagir eficazmente a eventuais crises futuras de aprovisionamento de produtos de defesa. Além disso, o EDIP permitirá o **lançamento de projetos europeus de defesa de interesse comum**, com potencial apoio financeiro da UE. Por último, o EDIP propõe a criação de uma estrutura de governação, em que os Estados-Membros estejam plenamente envolvidos, a fim de assegurar a coerência global da ação da UE no domínio da indústria da defesa (o Conselho de Preparação Industrial da Defesa).

Um dos pontos centrais nas discussões que se seguirão é o do financiamento do EDIP. O alto representante Josep Borrell, em declarações após a apresentação destas iniciativas, destacou que, em 2022, *"o investimento em defesa dos nossos Estados-Membros ascendeu a 58 mil milhões de euros, fragmentados por 27 centros de procura. Nos EUA, um único centro, o Pentágono, investiu 215 mil milhões de euros - quase quatro vezes mais"*. Acrescentou que *"É evidente que existe um novo sentido de urgência e de responsabilidade entre os Estados-Membros para intensificar o nosso trabalho conjunto no domínio da defesa e um desejo claro de fazer mais e em conjunto"*. Sobre a possibilidade de utilizar os lucros obtidos pelos activos congelados da Rússia para adquirir armas para a Ucrânia, Borrell disse: *"Se as receitas podem ser utilizadas para a reconstrução, porque não prevenir a destruição em primeiro lugar? E temos um instrumento para o fazer"*.

Importa referir que uma das ideias em debate é a possibilidade de **emissão de dívida conjunta para financiar este programa**, replicando o modelo utilizado para o Next Generation EU, ideia apoiada e.g. pela França, Estónia, e Polónia, mas que terá a oposição da Alemanha e de outros dos Estados-Membros ditos frugais. Porém, há relatos de que alguns países (notícias [aqui](#) ou [aqui](#)), como França, Estónia e Polónia, ponderam associar-se uns aos outros e emitirem obrigações conjuntas.

Por seu lado, a Comissão apela também a um maior financiamento do sector da defesa a partir de outras fontes, instando o Banco Europeu de Investimento a alterar a sua política de empréstimos até ao final de 2024, a fim de facilitar o acesso do sector ao financiamento. A presidente do Banco Europeu de Investimento, Nadia Calviño, vai apresentar aos ministros das Finanças, dentro de dois meses, ideias para financiar projectos que possam ser úteis tanto para fins civis como para militares. Calviño disse ao PE que o BEI já reservou 8 mil milhões de euros para projectos de defesa, um quarto dos quais já foi gasto.

O calendário de execução do programa EDIP é ambicioso, pois - de acordo com o que pudemos apurar - o objetivo é chegar a um **acordo final no início de 2025**. A ambição é que o Conselho se pronuncie durante a

campanha eleitoral para o PE, havendo a expectativa de que o novo Parlamento possa tomar uma posição em novembro de 2024, para que as negociações interinstitucionais possam começar em dezembro.

O Conselho Europeu de 21 e 22 de março terá uma discussão inicial sobre esta Estratégia. Para complemento de leitura, damos nota de que o think-tank do PE publicou recentemente um trabalho sobre **Defesa europeia, autonomia estratégica e NATO**, que nota reúne ligações para publicações recentes de muitos grupos de reflexão internacionais internacionais sobre questões de defesa da UE, disponível [aqui](#).

2. MÉDIO-ORIENTE - CONSELHO EUROPEU DE MARÇO

O Conselho Europeu de 21 e 22 de março debruçar-se-á sobre a Ucrânia, sobre o pacote de segurança e defesa, mas também sobre o **Médio Oriente**. Sobre esta matéria, existe a expectativa de que seja possível um acordo sobre uma linguagem comum relativamente à situação no Médio Oriente, após o Conselho Europeu de outubro de 2023 (Conclusões [aqui](#)) ter debatido longamente se devia apelar a “uma pausa humanitária (singular)” em Gaza ou a “pausas (plural)”. O parágrafo 16 da Conclusões refere que “*O Conselho Europeu manifesta a sua mais profunda preocupação com a deterioração da situação humanitária em Gaza e apela a um acesso humanitário contínuo, rápido, seguro (...) incluindo corredores e pausas humanitários (...)*”.

A situação no Médio Oriente é uma das questões de política externa que mais divide a UE, sendo que ainda não foi possível chegar a acordo sobre sanções contra os colonos israelitas e no mês passado, 26 países da UE concordaram com uma declaração (disponível [aqui](#)) apelando a uma “*pausa humanitária imediata que conduza a um cessar-fogo sustentável*”, mas a Hungria recusou-se a subscrever essa linguagem (cfr. síntese n.º [196](#)).

Dada a situação atual em Gaza, a Presidência belga do Conselho da UE considera que a União deve “*pedir um cessar-fogo absoluto e imediato, defender um acesso humanitário permanente e sem obstáculos e a libertação dos reféns*”.

Têm surgido informações sobre a possibilidade de uma [conferência de paz preparatória](#), aventada pelo alto representante Josep Borrell e que poderia ter um formato mais pequeno e reuniões separadas com os israelitas e os palestinianos. Em janeiro, Borrell havia apresentado um plano de paz em 10 pontos, disponível [aqui](#).

Por outro lado, importa dar nota de que a Comissão Europeia [decidiu](#), esta semana, afetar um montante adicional de 68 milhões de euros para apoiar as populações palestinianas em toda a região de Gaza, que serão executados através de parceiros internacionais como a Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho. Este montante vem juntar-se aos 82 milhões de euros já previstos, que serão também executados em 2024 através da UNRWA, elevando assim o total da ajuda concedida pela Comissão a 150 milhões de euros. A Comissão procederá ao pagamento de 50 milhões de euros da dotação UNWRA na próxima semana.

3. ALEMANHA - RÚSSIA: ESPIONAGEM

Esta semana ficou, ainda, marcada pela revelação, através do canal estatal russo RT, da **gravação de uma reunião confidencial em que chefes militares alemães discutem o possível fornecimento de mísseis Taurus à Ucrânia**. A Alemanha confirmou que a fuga de informação era autêntica e disse que iria conduzir uma investigação interna (detalhe noticioso [aqui](#)).

O ministro da Defesa alemão, Boris Pistorius, considerou que a Rússia utilizou a fuga de informação de uma chamada confidencial entre oficiais militares alemães de topo como parte de uma “*guerra de informação*” para desestabilizar o país, acrescentando que se tratou de “*um ataque híbrido de desinformação - trata-se de divisão, trata-se de minar a nossa unidade*”. A gravação de 38 minutos divulgada pela primeira vez na sexta-feira passada, diz respeito a uma reunião de quatro oficiais superiores da Bundeswehr, alegadamente incluindo o chefe da Força Aérea Ingo Gerhartz e o Brigadeiro-General Frank Gräfe, onde se discute a hipotética exportação de

mísseis de cruzeiro Taurus para a Ucrânia e a forma como poderiam ser utilizados para atacar infra-estruturas russas.

O conteúdo da fuga de informação - realizada na plataforma WebEx, e não através da rede interna segura do exército - gerou uma assinalável controvérsia na medida que, alegadamente, o tema central da reunião foi a discussão sobre a forma como os mísseis poderiam ser utilizados para destruir uma ponte, aparentemente referindo-se à ponte de Kerch que liga a Crimeia ocupada à Rússia continental. Recorde-se que a Rússia precisa desta ponte para manter as suas forças abastecidas.

Segundo informações disponibilizadas pelo Ministro da Defesa alemão, a Rússia só interceptou o áudio desta reunião porque um dos oficiais participantes se ligou através de uma linha insegura a partir de um quarto de hotel em Singapura, insistindo que o incidente foi um caso isolado e que *"Os nossos sistemas de comunicação não foram comprometidos"*.

Nos últimos dias, foi revelado que os serviços de informação russos (FSB) utilizaram um agente de influência sérvio para se infiltrar nas instituições da UE, tendo reunido com funcionários europeus em Bruxelas e, em particular, membros do Parlamento Europeu. Esses eurodeputados incluíam a deputada alemã dos Verdes, Viola von Cramon-Taubadel, a deputada italiana dos Socialistas e Democratas, Alessandra Moretti, e Vladimír Bilčík, um membro eslovaco do grupo conservador do Partido Popular Europeu. Não há nada que sugira que Moretti, Bilčík e von Cramon-Taubadel tinham conhecimento das ligações de Antic ao FSB quando se encontraram com ele. Notícia [aqui](#).

4. CONFISCO DOS ATIVOS ESTATAIS RUSSOS PARA A RECONSTRUÇÃO DA UCRÂNIA

O think-tank do PE publicou esta semana uma análise exaustiva das *"Opções legais para confisco dos ativos estatais russos para apoiar a reconstrução da Ucrânia"*, disponível [aqui](#), e que ajuda a compreender melhor as várias dimensões desta discussão.

O relatório analisa as **opções previstas no direito internacional para este confisco**, centrando-se em ativos do Banco Central russo, dos quais 300 mil milhões de dólares estão congelados em várias em várias jurisdições.

Conforme se pode ler no sumário executivo, nos termos do direito internacional consuetudinário, um Estado é responsável pelos seus atos internacionalmente ilícitos, o que, por sua vez, dá origem a um dever recíproco de reparação. Na sua agressão contra a Ucrânia, Rússia atuou em violação das suas obrigações internacionais, incluindo as decorrentes da Carta das Nações Unidas (ONU). Este facto foi reconhecido pela Assembleia Geral da ONU em diversas ocasiões. Os Estados são imunes à jurisdição de execução dos tribunais nacionais, o que significa que não podem ser tomadas medidas coercivas contra os seus bens (incluindo os ativos do banco central) a menos que o Estado tenha consentido na medida ou que se aplique uma das exceções limitadas. Esta regra foi confirmada pelo Tribunal Internacional de Justiça e incluída em acordos internacionais bem como numa vasta seleção de leis nacionais, de modo que a regra é de direito internacional consuetudinário.

Por conseguinte, as propostas de confisco dos bens do Estado russo dão origem a questões jurídicas complexas. O obstáculo jurídico mais óbvio é a imunidade, que impedirá a ação judicial contra os bens do Estado russo, sendo identificadas quatro vias para ultrapassar esse obstáculo: i) evitar a imunidade através de uma ação puramente puramente executiva ou legislativa; ii) justificação da violação do direito internacional com o argumento de que se trata de uma contramedida; iii) evolução do direito internacional no sentido de levantar a imunidade de execução, por exemplo, após a constatação de agressão por um órgão principal das Nações Unidas; e iv) uma exceção no direito internacional para a execução de sentenças internacionais.

O relatório aborda propostas baseadas em contramedidas de terceiros e autodefesa colectiva, e avalia seis opções atualmente em análise:

i) a execução das sentenças do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem;

- ii) um tratado internacional que cria uma comissão de indemnização;*
- iii) tributação de contribuições inesperadas;*
- iv) colocar activos do Estado russo numa conta de garantia como garantia;*
- v) a identificação da Rússia como Estado patrocinador do terrorismo; e*
- vi) a criação de um "fundo comum" de investimento.*

Outras complexidades jurídicas incluem a falta de uma base no direito interno (exigindo que os Estados adotem ou alterem a legislação nacional); preocupações com o devido processo legal (quando os ativos pertencem a particulares); regras internacionais sobre a proteção dos investidores privados (quando os bancos centrais estão incluídos nesta (em que os bancos centrais estão incluídos nesta categoria); bem como as regras relativas à não intervenção (em que são tomadas medidas coercivas que afectam outro Estado).

As opções discutidas no presente relatório para a utilização dos ativos russos para gerar uma compensação para a Ucrânia incluem:

1. Justificar qualquer violação da imunidade da Rússia como uma contramedida de terceiros que exclui a responsabilidade dos Estados infractores. Para tal, seria necessário demonstrar que existe uma base para tais medidas ao abrigo do direito internacional, que o confisco proposto seria temporário e reversível, e que seria com o objetivo de induzir o cumprimento de uma obrigação internacional.
2. Invocando a autodefesa colectiva, que requer um grau de temporalidade; é incerto se as medidas não forçadas, como as sanções, podem ser tomadas em legítima defesa.
3. Execução de sentenças de tribunais internacionais contra a Rússia em tribunais nacionais. Esta medida baseia-se numa exceção à imunidade da Rússia, apoiada pela prática estatal existente e pelo consentimento da Rússia à jurisdição destes tribunais. É pouco provável que seja suficiente para cobrir os danos materiais sofridos pela Ucrânia.
4. Criação de uma comissão internacional de indemnização das vítimas ucranianas, com a responsabilidade da Rússia. A proposta ultrapassa a prática anterior relativa às comissões de indemnização quando o Estado visado foi derrotado ou quando o Conselho de Segurança da ONU determinou a responsabilidade.
5. Aplicação de um imposto sobre os ativos estatais russos congelados, que depende do que os depende do que os contratos relevantes prevêm quanto à propriedade pela Rússia dos fundos tributados (ou seja, juros ganhos sobre os ativos investidos).
6. Colocação dos ativos do Estado russo numa conta de garantia e utilização pela Ucrânia como colateral para novas obrigações e empréstimos. Se se tratar de uma medida temporária e reversível, poderá constituir uma contra-medida legal.
7. Aplicar uma exceção à imunidade com base no facto de a Rússia ter financiado o terrorismo na aceção da Convenção de Varsóvia de 2005 e/ou é um Estado patrocinador do terrorismo. Esta exceção tem uma base limitada na prática do Estado e o Tratado não levanta expressamente a imunidade da Rússia.

Permitir que a Comissão Europeia transfira activos estatais russos congelados para um "fundo comum" de investimento, cujos recursos gerados seriam utilizados para financiar a reconstrução da Ucrânia também levanta questões quanto ao direito da Rússia aos rendimentos gerados pelo investimento do capital e à mudança de propriedade implicada pela transferência dos activos para o fundo.

5. ELEIÇÕES EUROPEIAS - MANIFESTOS DO PPE E DO PES

Esta semana, e após a realização dos respectivos congressos, o Partido Popular Europeu (PPE) e o Partido Socialista Europeu (PSE) apresentaram os seus manifestos para as eleições europeias de junho de 2024.

O PPE, que se reuniu em Bucareste (detalhe [aqui](#)), confirmou Ursula von der Leyen como candidata à Presidência da Comissão Europeia e a apresentou o seu programa eleitoral, que está disponível [aqui](#), e que elenca as seguintes prioridades:



Europe is our home. As EPP, we have built a Europe where people's dignity, security and freedom always come first. We, as Europeans, are more than the sum of our national identities. Our history, our heritage, our Judeo-Christian roots, and our cultural diversity define us. United in diversity is a unique strength that has made peace and prosperity possible for most Europeans.

Faced with a complex world, some believe that everyone should dream of being a 'global citizen' without roots. Others want to close all doors and retreat into national egoism. We do not agree! We are proud of our roots and confident about the future. We do not tell citizens what to believe or what to fear, but we listen to them, respect them, and deliver for them. We are bridge-builders. EPP invented our social market economy, which balances economic freedom with social responsibility. EPP stands for a strong democracy based on rule of law which means that it is the citizens who really decide. EPP fights for a strong Europe that protects its people.

We believe in our European way of life. Freedom is key, but freedom without security is an empty word. Our people expect a Europe that makes them feel safe in every facet of their life. Our people want secure jobs that ensure a good life and support growing families. Our people expect Europe to champion a life with freedom, justice, and democracy.

We stand for a strong Europe that speaks with one voice on democracy, rule of law and freedom. A Europe that confidently stands up to autocrats and stands by those who fight for our European way of life, as Ukrainians are doing against Putin's aggression. A Europe that protects its borders and tackles illegal migration.

We stand for a competitive Europe that boosts its economy and creates quality jobs, while building a good economic future for everyone. We believe in European leadership in climate and environmental protection not only to safeguard our planet, but also to promote economic prosperity and food security with less bureaucracy, while boosting innovation and a future-oriented energy union. We want Europe to shape and lead the future by investing in state-of-the-art infrastructure, innovation, and digital technologies. An open Europe that also protects its own interests. We want to provide our citizens and companies with access to global markets by concluding smart, reciprocity-based trade agreements with like-minded partners.

We stand for a citizens-oriented Europe that supports families, creates opportunities for all, promotes equality between women and men, and solidarity between generations. A Europe that protects and cares for the most vulnerable in our society, online and offline. A Europe that ensures every technological innovation puts people first. A Europe that turns brain drain into brain gain. A Europe that invests in health research, guarantees high health and care standards, and fights diseases.

We stand for a democratic Europe where the people decide, a Europe that upholds its core values, within and beyond its borders. A Europe which guarantees that citizens are equal before the law and regains the trust of those who feel unheard or left behind.

Europe holds all the right cards to shape the future. As the EPP has done over the last decades, we will keep Europe together, we will defend the European way of life based on freedom, pluralism, subsidiarity, solidarity, democracy, the rule of law, and promote sustainable economic growth and development. With the EPP in Europe's driving seat, Europeans will be stronger and safer.

O PSE, que realizou o seu congresso em Roma (detalhe [aqui](#)) e nomeou Nicolas Schmitt como seu candidato a Presidente da Comissão Europeia, apresentou o seu programa (disponível [aqui](#)) e identifica as seguintes prioridades:



The far right is a threat to citizens and to the European project. It is a poison for democracy. Our values are irreconcilable with theirs. The far right wants to pit people against each other, while we want to bring people together. Our political family has a clear red line: we will never cooperate nor form coalitions with the far right. A stronger Socialist & Democratic Group in the European Parliament means more power to deliver respect, justice and a better future. More power to provide citizens with equal opportunities, a sense of security and the quality of life that everyone deserves. To fight the far right, we must be the main progressive pro-European force, mobilising progressive, social, and environmental forces to deliver change.

In this manifesto, **we put forward 20 commitments for our common candidate and our parties**, for a Europe based on:

- **The right to quality jobs with fair wages** by guaranteeing workers' rights, strengthening collective bargaining, democracy at work and supporting the self-employed.
- **A new Green and Social Deal for a just transition** with clean, secure and affordable energy; new quality jobs in a green, carbon-free circular economy; and a liveable planet.
- **Strong democracy**, where the rule of law is respected and defended by all.
- **A strong and competitive European economy** that prepares its industries and SMEs for the future.
- **A protective Europe** that defends people against the high cost of living, defends their jobs from unfair competition, and defends their health and their environment.
- **A feminist Europe** that stands up for equal rights, women's control over their lives and bodies, and for an end to gender-based violence and discrimination.
- **A Europe for young people** that guarantees progress, autonomy, opportunities and eradicates job insecurity.
- **The right to decent and affordable housing for all.**
- **A strategically independent Europe** that defends its freedom, security and territorial integrity.
- **A strong Europe in the world** that promotes peace, security, cooperation, human rights and sustainable development.

6. MULTA DA COMISSÃO EUROPEIA À APPLE

A Comissão Europeia **aplicou uma coima de mais de 1,8 mil milhões de euros à Apple** por **abuso da sua posição dominante** no mercado da distribuição de **aplicações de streaming de música** aos utilizadores de iPhone e iPad ("utilizadores iOS") através da sua App Store (detalhe [aqui](#)). A Comissão considera que a Apple **aplicou restrições aos criadores de aplicações**, impedindo-os de informar os utilizadores iOS sobre serviços de subscrição de música alternativos e mais baratos disponíveis fora da aplicação ("disposições anti-direcionamento"). Esta prática é **ilegal ao abrigo das regras comunitárias no domínio antitrust**.

A Apple é atualmente o único fornecedor de uma App Store onde os programadores podem distribuir as suas aplicações aos utilizadores iOS em todo o Espaço Económico Europeu ("EEE"). A Apple controla todos os aspetos da experiência do utilizador iOS e estabelece os termos e condições que os programadores têm de respeitar para estarem presentes na App Store e poderem chegar aos utilizadores iOS no EEE. A investigação da Comissão concluiu que a Apple proíbe os criadores de aplicações de streaming de música de informarem plenamente os utilizadores do iOS sobre serviços de subscrição de música alternativos e mais baratos disponíveis fora da aplicação e de fornecerem quaisquer instruções sobre a forma de subscrever essas ofertas. Em particular, as disposições "anti-steering" proíbem os criadores de aplicações de:

- Informar os utilizadores do iOS nas suas aplicações sobre os preços das ofertas de subscrição disponíveis na Internet fora da aplicação;
- Informar os utilizadores iOS nas suas aplicações sobre as diferenças de preço entre as subscrições na aplicação vendidas através da Apple e as disponíveis noutros locais;
- Incluir nas suas aplicações ligações que conduzam os utilizadores iOS ao sítio Web do programador da aplicação, no qual podem ser adquiridas assinaturas alternativas. Os criadores de aplicações foram

igualmente impedidos de contactar os seus próprios utilizadores recém-adquiridos, por exemplo, por correio eletrónico, para os informar sobre opções de preços alternativas após a criação de uma conta.

A decisão conclui que as disposições anti-direcionamento da Apple constituem condições comerciais desleais, em violação do artigo 102.º, alínea a), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia ("TFUE"). Estas disposições anti-direcionamento não são necessárias nem proporcionadas para a proteção dos interesses comerciais da Apple em relação à App Store nos dispositivos móveis inteligentes da Apple e afectam negativamente os interesses dos utilizadores do iOS, que não podem tomar decisões informadas e eficazes sobre onde e como adquirir assinaturas de streaming de música para utilização no seu dispositivo.



Segundo a Comissão, a conduta da Apple, que durou quase dez anos, pode ter levado muitos utilizadores de iOS a pagar preços significativamente mais elevados por assinaturas de música, devido à elevada taxa de comissão imposta pela Apple aos programadores e repercutida nos consumidores.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho dos Ministros de Justiça e Assuntos Internos

Realizada entre 4 e 5 de março (detalhe [aqui](#) e nota informativa [aqui](#)), tinha vários temas na agenda. A Presidência Belga fez um [ponto da situação](#) sobre uma das questões prioritárias do seu mandato de seis meses: a luta contra o tráfico de droga e a criminalidade organizada, destacando dois elementos: i) a criação de uma rede de procuradores especializados na luta contra a criminalidade organizada; ii) o reforço da cooperação judiciária com países terceiros. Os Ministros realizaram um debate de orientação sobre uma [proposta de diretiva relativa a regras mínimas](#) para prevenir e combater o auxílio à entrada, ao trânsito e à permanência irregulares na UE, analisando se o crime da UE de introdução clandestina de migrantes deve ter como um dos seus elementos constitutivos a existência de um benefício financeiro ou material, ou se a UE deve criminalizar a facilitação da entrada ou permanência não autorizada, mesmo que a pessoa que presta apoio ao migrante não retire daí qualquer benefício material ou financeiro. Também expressaram a sua opinião sobre se a diretiva deveria conter uma cláusula humanitária, ou seja, uma disposição que estabeleça que não é uma infração penal quando a assistência é oferecida por razões essencialmente humanitárias. Sobre a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, os Ministros trocaram impressões com o Procurador Geral da Ucrânia, Kostin, e com o Comissário para a Justiça, Didier Reynders, sobre a evolução da perseguição penal dos crimes de guerra e sobre os esforços para combater a impunidade a nível da UE e dos Estados-Membros.

Em matéria de Estado de direito e direitos fundamentais, os Ministros da Justiça debateram a capacidade de resistência dos sistemas judiciais, nomeadamente a questão de saber como atenuar as ameaças aos juízes e procuradores, protegê-los e às suas famílias e manter a independência do sistema judicial. Os Ministros analisaram igualmente a forma de proteger o sistema judicial da interferência de grupos criminosos (por exemplo, corrupção ou infiltração) e o possível papel da verificação e dos controlos de segurança a este respeito.

No que diz respeito aos assuntos internos, o Conselho chegou a acordo sobre uma recomendação relativa à implementação das melhores práticas das capacidades dos Estados-Membros para combater o tráfico de droga.

As melhores práticas incluem: i) *a disponibilização de meios estratégicos* - tais como estratégias nacionais ofensivas e defensivas de luta contra a droga - para combater o tráfico de droga; ii) *cartografar os fluxos de drogas ilícitas através da celebração de acordos de partilha de informações*; iii) *a desarticulação das redes criminosas, por exemplo, através da realização de controlos automáticos do Sistema de Informação de Schengen para as entradas/saídas de veículos nas plataformas logísticas*; iv) *aumentar a resiliência das plataformas logísticas através do reforço do sistema de vigilância marítima*, entre outros.

Sobre a dimensão externa da migração, os ministros debateram o desenvolvimento de parcerias estratégicas com os países de origem e de trânsito da migração irregular¹ (infografia [aqui](#)). Os ministros abordaram as implicações da guerra de agressão da Rússia para a segurança interna da UE e a situação no Médio Oriente, acordando numa vigilância reforçada para atenuar as repercussões na segurança interna da UE.

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia

Realizada a 4 de março (detalhe [aqui](#)), serviu para uma troca de impressões sobre a situação em termos de segurança do aprovisionamento e preparação para o inverno de 2024-2025 (informação [aqui](#)). Muitos ministros apelaram ao abandono gradual das importações de gás russo, à diversificação das rotas de aprovisionamento, ao aumento da eficiência energética, à prossecução dos esforços de sobriedade e à aceleração da eletrificação como formas importantes de aumentar a resiliência e garantir a segurança do aprovisionamento. Nesse contexto, chegaram a acordo político sobre uma recomendação do Conselho relativa à continuação das medidas coordenadas de redução da procura de gás.

Conselho de Competitividade

Realizado a 7 de março (detalhe [aqui](#) e nota informativa [aqui](#)), debateu um relatório sobre o andamento dos trabalhos com vista a chegar a acordo sobre o regulamento relativo aos atrasos de pagamento. Os ministros foram informados acerca do relatório anual de 2024 sobre o mercado único e a competitividade e procederam a uma troca de pontos de vista sobre este documento. Durante o almoço informal, os ministros debateram o futuro da política industrial da UE e, mais concretamente, os setores que deverão ser prioritários na agenda política durante o próximo ciclo legislativo.

8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - PESC/PCSD²

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência belga do Conselho da UE, teve lugar em Bruges, de 3 a 5 de março de 2024, a **Conferência Interparlamentar sobre a PESC/PCSD³**, tendo a AR sido representada por uma delegação composta pelos seguintes Deputados: Susana Barroso (PS) e António Prôa (PSD), da Comissão de Defesa Nacional, Ivan Gonçalves (PS), da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, e Jorge Seguro Sanches (PS) e Firmino Marques (PSD), da Comissão de Assuntos Europeus. O detalhe da reunião pode ser consultado [aqui](#).



¹ Em julho de 2023, a UE celebrou um memorando de entendimento com a Tunísia que incluía um importante pilar da migração. Atualmente, a UE está a negociar parcerias globais com o Egito e a Mauritânia, nas quais a migração figura como um domínio prioritário da cooperação, entre outros.

² Ponto elaborado por Margarida Ascensão, assessora da Comissão de Defesa Nacional.

³ Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa.

A delegação participou na reunião dos Chefes de Delegação dos Parlamentos do Sul (Grupo MED), realizada no primeiro dia da Conferência. As quatro sessões da Conferência centraram-se nas questões (I) *do apoio à Ucrânia contra a agressão russa*, reafirmando que a UE se mantém firme e unida na condenação da agressão russa, solidária e forte na decisão de aumentar e acelerar o apoio financeiro e militar à Ucrânia, designadamente através da aprovação do Mecanismo para a Ucrânia, no valor de 50 mil milhões de euros para o período de 2024-2027; (II) *do processo de alargamento em curso*, nomeadamente as razões geoestratégicas, os condicionalismos, a sustentabilidade e o tempo que demora o processo de adesão, as necessárias/paralelas reformas das instituições da UE; (III) da *Bússola Estratégica e da resiliência da UE*, com enfoque na necessidade de investimento imediato na indústria de defesa e no reforço da capacidade militar e da interoperabilidade, em termos multifacetados e em parceria com a NATO; e (IV) *das prioridades da PESC e da PCSD*, com a sinalização da continuidade do auxílio ao esforço de guerra ucraniano e, em paralelo, de um endurecimento das sanções de natureza económica à Rússia, do reforço da indústria e tecnologias europeias, bem como do multilateralismo, com destaque também para as relações da União com África. Teve lugar ainda, durante a Conferência, um debate de urgência reservado a um tema da atualidade política, que foi dedicado à situação no *Médio Oriente*. Os co-presidentes (PE e Parlamento belga) elaboraram uma **declaração conjunta**, que se encontra disponível [aqui](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à [sessão plenária do PE](#), em Estrasburgo, sendo de destacar a **votação da Lei sobre Inteligência artificial**, a votação da [lei para proteger jornalistas e liberdade de imprensa](#) e o debate sobre [o Conselho Europeu de 21-22 de março](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [12 de março](#), sendo de destacar a *Comunicação sobre as reformas pré-alargamento e as revisões de políticas da UE*; a *Resiliência climática* e a *Comunicação sobre migração e asilo - balanço (a confirmar)*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se: 11 de março de 2024 - [Eurogrupo](#) e [Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores](#); 12 de março - [Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros](#).

Bruxelas | 8 de março de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).